

Ainda imposto

JORNAL DO BRASIL

e educação

12 ABR 1993

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO *

Imaginemos, só para argumentar, que algumas pessoas se associassem, na forma de cooperativa, para, mediante quota ou contribuição individual, por mês, criar um fundo para assegurar escola para os filhos. Elegeram um dos associados para a função de gerir o fundo e dirigir a escola, com o título de diretor. A princípio uma escola atendia a todos. Pouco a pouco, porém, aumentaram os associados e uma só escola não mais bastava. Ao lado disso, multiplicados os alunos, diversificaram-se as aspirações e as inclinações vocacionais. Cresceram, também, simultaneamente, o prestígio e a presunção de poder do diretor. E ele, sentindo-se importante, ia esquecendo que fora escolhido para administrar um patrimônio comum. Conduzia-se como dono: “Dou a escola que quero.”

Naturalmente, como as criaturas são iguais, mas também sumamente diferentes, começaram a aparecer, cada vez mais nítidos, os grupos diferenciados: uns queriam aprender a construir pontes, outros, a cuidar da saúde, outros, a ouvir e contar estrelas. Uns criam em Deus e queriam que se ensinasse Deus, outros entendiam que Deus não interessa e não deve ser ensinado, outros, ainda, estavam convictos de que Deus é o ópio do povo e acharam que o marxismo materialista devia ser inculcado desde o berço. E cada grupo queria receber, como retribuição do que pagara, um tipo determinado de escola. Como a quota era igual e a devolução do serviço escolar, segundo a liberdade de escolha de cada um, possível, reclamavam o direito à escola de sua preferência. E os mais alertados para os direitos humanos ponderavam: o direito à educação e à escolha do tipo de educação é do cidadão ou da família, não do designado para dirigir o serviço. A sociedade é um meio, e o seu gerente, um administrador de serviços. Quem justificaria, num caso análogo — de uma associação para obter serviço médico —, que o seu diretor decidisse proporcionar ape-

nas medicina homeopática ou, se fosse meio afeiçoado à Comte e não acreditasse em micróbio, entendesse só dar medicina sem antibiótico? Os associados sairiam à praça para reivindicar o direito de receber, pela quota paga, o tipo de medicina em que confiam.

Com a educação a coisa é semelhante. Ou antes, é mais grave: a má medicina mata o corpo; a má educação mata a alma.

O nosso diretor, porém, insiste: “Dou a escola que quero.” Quem quiser outra pague outra contribuição. Dirá alguém: o incomodado que se retire, saia da sociedade! *Hélas!*, diria o francês. Essa sociedade é a comunidade política, a nação, o diretor é o Estado e a contribuição, o imposto. Note a palavra *imposto* — a contribuição é obrigatória. Ninguém foge a ela. Ninguém pode demitir-se dessa sociedade.

Mas um Estado que se preza (além do devido) tem o seu doutrinador social: a escola que oferecemos é *neutra*. Ai o centro de um equívoco: a escola que se define como neutra deixou de ser neutra. Tomou uma posição: conduzir-se como se o resto não existisse. Omitir é uma forma de negar e, até, de mentir. Imaginemos, já que estamos imaginando, uma escola que omitisse, na sua biblioteca e nas suas aulas, Camões, Machado de Assis ou Shakespeare. Seria neutra em relação aos mestres? A outra omissão — ou neutralidade — é, muito mais, tomada de posição parcial.

Mas o tal diretor insiste: dou a escola neutra, isto é, a do Estado. Quem quiser outra que pague. “Dinheiro público para a escola pública.”

Ainda há dias (18/02/93), no **JB**, um articulista, escrevendo da Holanda, falava de sua “extraordinária política educacional. O governo financia todas as escolas, inclusive as protestantes e católicas”. Em outros países também é assim. Na Rússia de Stalin não foi: lá o dinheiro é para a escola pública (marxista e fazedora de cabeça de seus alunos). Em Cuba, também não. No Brasil? Também não.